

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

EDT-GDG - 82025

Código de validação: 3CB438FE7F

**EDITAL DO 7º PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO-BOLSA DE ESTUDOS NO TJMA**

*Dispõe sobre a publicação do Edital do 7º Processo Seletivo para Concessão de Auxílio-Bolsa de Estudos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e dá outras providências.*

**A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 6º da RESOL-GP-12023, torna pública, para conhecimento de quem se interessar, a abertura das inscrições do 7º Processo Seletivo para Concessão do Auxílio-Bolsa de Estudos, destinado a servidores efetivos e servidoras efetivas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Este edital regulamentará o 7º Processo Seletivo para Concessão de Auxílio-Bolsa de Estudos a servidores interessados e servidoras interessadas em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (PJMA), por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e/ou de taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação em Instituição de Ensino Superior (IES), na forma do art. 6º da RESOL-GP-12023.

1.2 A realização do processo seletivo de que trata este edital ficará sob a incumbência da Diretoria de Recursos Humanos (DRH), por intermédio da Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira (CAEDNC).

**2 DOS BENEFICIÁRIOS DO AUXÍLIO-BOLSA DE ESTUDOS**

2.1 A concessão do Auxílio-Bolsa de Estudos será destinada a servidor e servidora ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencente ao Quadro de Pessoal do PJMA, que tenha sido regularmente aprovado ou aprovada em estágio probatório e que se encontre em pleno exercício de suas atividades.

2.2 Poderá participar do certame o servidor ou a servidora que obedecer aos critérios cumulativos previstos no art. 8º da RESOL-GP-12023:

I – a compatibilidade entre o horário de trabalho e o do curso pleiteado, incluindo o tempo necessário para o deslocamento ao local onde as aulas serão ministradas, quando desenvolvidas na modalidade presencial;

II – a compatibilidade do curso pleiteado com as áreas de interesse do Poder Judiciário e/ou com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor ou pela servidora, quando em exercício de cargo em comissão ou de função gratificada;



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

- III – o efetivo exercício no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA);
- IV – a aprovação em estágio probatório;
- V – não estar sujeito ou sujeita à aposentadoria compulsória em até dois anos após o término do curso, previsto no cronograma da IES;
- VI – não ter perdido o direito à participação em ações de treinamento e/ou de aperfeiçoamento, nos termos da regulamentação pertinente;
- VII – não estar em lotação provisória, em comarca diversa da lotação de origem, na hipótese de o curso desenvolver-se na modalidade presencial;
- VIII – não estar temporariamente privado ou privada de beneficiar-se do Auxílio-Bolsa de Estudos, em decorrência de sanção prevista no art. 17, inciso III, da RESOL-GP-12023;
- XIX – não responder a Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

2.3 O Auxílio-Bolsa de Estudos será concedido apenas nas hipóteses de compatibilidade entre o horário de trabalho do servidor ou da servidora e o horário do curso pleiteado, incluindo o tempo necessário para o deslocamento ao local onde as aulas serão ministradas, quando desenvolvidas na modalidade presencial.

2.4 O Auxílio será concedido para financiar 70% (setenta por cento) do valor da mensalidade e da taxa de matrícula, cobrados pela IES, desde que observados os limites de disponibilidade orçamentária do TJMA e o teto previsto para o benefício.

### **3 DOS CURSOS**

3.1 Serão aceitos cursos, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), em nível de graduação e de pós-graduação, lato e stricto sensu, que se desenvolverem regularmente por meio de metodologia presencial, semipresencial ou a distância, no estado do Maranhão ou em outra Unidade da Federação (UF) ou no exterior, desde que comprovada a possibilidade de realização dos estudos, sem prejuízo das atividades desenvolvidas pelo servidor ou pela servidora.

3.2 Os cursos de graduação e de pós-graduação pretendidos deverão compatibilizar-se com as áreas de interesse do Poder Judiciário, com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas por servidores e servidoras, quando no exercício de cargo em comissão ou de função gratificada, cabendo aos interessados e às interessadas demonstrarem a compatibilidade entre o curso e as atividades desenvolvidas, a partir de formulário eletrônico apropriado, a ser disponibilizado em sistema informatizado no âmbito do PJMA.

### **4 DAS VAGAS**

4.1 O TJMA ofertará, em conformidade com este edital, o seguinte quantitativo de bolsas, bem como as que eventualmente surgirem no prazo de validade do certame:



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

Modalidade	Percentual de Custeio	Teto do Benefício	Vagas Ampla Concorrência	Vagas reservadas ao Programa MERITUS
Graduação	70% (setenta por cento)	R\$ 1.200,00	52	3
Especialização		R\$ 1.300,00	17	2
Mestrado		R\$ 1.500,00	12	2
Doutorado		R\$ 2.000,00	3	1

*Nota: valores do teto dos benefícios baseados na PORTARIA-GP-10452022.*

4.2 No dimensionamento de que trata o item 4.1, serão incluídas as vagas disponibilizadas ao Programa de Valorização das Servidoras e Servidores, Magistradas e Magistrados (Programa MERITUS), disciplinadas em regulamentação específica.

## 5 DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente via internet, no endereço eletrônico <http://www.tjma.jus.br>, na seção Portal do Servidor, subseção MentoRH > Auxílio-Bolsa, no período de 3 a 14 de novembro de 2025, mediante preenchimento do Formulário de Inscrição eletrônico para as vagas constantes do item 4.1 deste edital.

5.2 O pedido de inscrição deverá ser instruído com as informações sobre o curso, tais como: área de conhecimento, estrutura curricular, calendário acadêmico, carga horária, duração prevista do curso (em períodos letivos, para curso de graduação; ou em meses, para curso de pós-graduação, lato ou stricto sensu), dias e horários das aulas para fins de aferição de compatibilidade de horário, valor da mensalidade e da taxa de matrícula, se houver.

5.3 O não preenchimento de algum dos campos obrigatórios do Formulário de Inscrição, bem como a ausência na apresentação da documentação exigida, implicará o indeferimento do pedido.

5.4 As informações constantes do Formulário de Inscrição para o Auxílio-Bolsa de Estudos serão prestadas sob inteira responsabilidade do participante.

5.5 Os pedidos de inscrição poderão ser cancelados pelo servidor interessado ou pela servidora interessada, até o último dia do prazo estabelecido no subitem 5.1, mediante



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete do Diretor Geral

envio de e-mail para [cocarreira@tjma.jus.br](mailto:cocarreira@tjma.jus.br).

## 6 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

6.1 Havendo número de inscrições superior ao de bolsas ofertadas, os candidatos inscritos e as candidatas inscritas serão selecionados de acordo com a seguinte ordem sucessiva de preferência:

### 6.1.1 Cursos de Graduação

- I - não ter concluído curso superior em qualquer área do conhecimento;
- II - não ter utilizado o Auxílio-Bolsa de Estudos anteriormente, na mesma modalidade de curso;
- III - apresentar menor número de períodos letivos para concluir o curso;
- IV - apresentar maior carga horária em ações de treinamento e/ou de aperfeiçoamento oferecidas pelo Poder Judiciário nos últimos 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação do edital de seleção para a solicitação do Auxílio-Bolsa de Estudos;
- V - não tiver faltado, injustificadamente, a ações de treinamento e/ou de aperfeiçoamento, ofertadas pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), nos últimos 6 (seis) meses;
- VI - apresentar maior pontuação constante do Programa MERITUS, oficialmente instituído pelo TJMA para a aferição de atividades meritórias de servidores e servidoras;
- VII - ter maior tempo de efetivo exercício prestado ao Poder Judiciário em cargo efetivo;
- VIII - ter idade superior aos demais concorrentes inscritos no certame; e
- IX - ter o maior número de dependentes.

### 6.1.2 Cursos de Pós-Graduação

- I - não ter concluído curso de pós-graduação na mesma modalidade em que concorrer;
- II - não ter utilizado o Auxílio-Bolsa de Estudos anteriormente, na mesma modalidade de curso;
- III - apresentar menor número de meses para concluir o curso;
- IV - apresentar maior carga horária em ações de treinamento e/ou de aperfeiçoamento, oferecidas pelo Poder Judiciário nos últimos 36 (trinta e seis) meses, contados da data de publicação do edital de seleção para a solicitação do Auxílio-Bolsa de Estudos;
- V - não tiver faltado, injustificadamente, a ações de treinamento e/ou de aperfeiçoamento, ofertadas pela ESMAM, nos últimos 6 (seis) meses;
- VI - apresentar maior pontuação constante do Programa MERITUS, oficialmente instituído pelo TJMA para a aferição de atividades meritórias de servidores e servidoras;
- VII - ter maior tempo de efetivo exercício prestado ao Poder Judiciário em cargo efetivo;
- VIII - ter idade superior aos demais concorrentes inscritos no certame; e



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

IX - ter o maior número de dependentes.

6.2 Os incisos III e IX, de que tratam os subitens 6.1.1 e 6.1.2, deverão ser comprovados pelos servidores contemplados e pelas servidoras contempladas, em conformidade com as disposições do edital de convocação a ser publicado na divulgação dos resultados preliminares, nos termos do cronograma apresentado no item 10.7.

6.3 As comprovações de que trata o item 6.2 deverão ser formalizadas por meio de requerimento individualizado em sistema informatizado no âmbito do PJMA.

6.4 Os incisos I, II, IV, V, VI, VII e VIII, de que tratam os subitens 6.1.1 e 6.1.2, serão comprovados por meio de consulta a relatórios, extraídos de sistemas informatizados no âmbito do PJMA.

6.5 O tempo de serviço, a que se refere o inciso VII do subitem 6.1.1 e o inciso VII do subitem 6.1.2, será apurado em dias, considerando-se o tempo averbado no PJMA até a data de publicação do presente edital.

6.6 A classificação simultânea do mesmo servidor ou da mesma servidora a vagas de graduação e de pós-graduação gerará a obrigatoriedade de opção por apenas uma das modalidades contempladas, sob pena de exclusão no certame.

## **7 DOS RESULTADOS PRELIMINARES, DOS RECURSOS E DA HOMOLOGAÇÃO**

7.1 Aplicados os critérios de desempate estabelecidos nos subitens 6.1.1 e 6.1.2, caberá ao Diretor-Geral ou à Diretora-Geral divulgar os resultados preliminares e definitivos do certame, podendo qualquer interessado ou interessada interpor recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação dos resultados preliminares, mediante cadastramento de requisição própria em sistema informatizado no âmbito do PJMA.

7.2 Após a divulgação dos resultados preliminares, os servidores contemplados e as servidoras contempladas deverão apresentar, via sistema informatizado interno, no prazo estabelecido em edital convocatório, documentação complementar relativa a informações declaradas por ocasião da inscrição, em conformidade com o item 6.2 deste edital.

7.3 Os recursos a que se refere o item 7.1 deste edital deverão ser dirigidos ao Diretor-Geral ou à Diretora-Geral, e o seu não acolhimento, deferimento ou indeferimento será tomado por meio de parecer técnico da Comissão de Seleção do Auxílio-Bolsa de Estudos, a ser emitido em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de protocolização e/ou de cadastramento das requisições.

7.4 Os recursos deverão ser instruídos com a indicação do motivo que originar a impetração, a justificativa pormenorizada sobre o fundamento da impugnação e a documentação comprobatória das alegações, se houver.

7.5 Não será conhecido o pedido de recurso apresentado fora do prazo estabelecido no item 7.1 deste edital.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

7.6 Decididos os recursos, porventura interpostos, o Diretor-Geral ou a Diretora-Geral homologará os resultados definitivos, habilitando os servidores classificados e as servidoras classificadas a terem direito à concessão do benefício.

## **8 DO REEMBOLSO DOS BENEFICIÁRIOS E DA RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO**

8.1 O pagamento do Auxílio-Bolsa de Estudos passará a vigorar a partir da publicação da portaria de concessão do benefício.

8.2 O servidor contemplado ou a servidora contemplada com o Auxílio-Bolsa deverá, no período do primeiro até o último dia útil dos meses de janeiro e de julho de cada ano, proceder à regularização acadêmica do curso, com a apresentação dos comprovantes de pagamentos efetuados à IES, do semestre concluído e/ou em andamento, a descrição do valor efetivamente pago e o histórico curricular de todo o curso com notas e/ou a declaração das disciplinas cursadas até o período vigente, com a indicação de status acadêmico, além do contrato de prestação de serviços educacionais, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 14 da RESOL-GP-12023.

8.3 Ao final de cada semestre do exercício financeiro de concessão do Auxílio-Bolsa de Estudos no âmbito do TJMA, o benefício terá o valor revisado e a concessão renovada, por decisão do Diretor-Geral ou da Diretora-Geral, nos termos dos arts. 13 a 16 da RESOL-GP-12023.

8.4 A comprovação de que trata o item 8.2 deste edital deverá ser formalizada por meio de requerimento, a ser cadastrado em sistema informatizado, com os anexos da documentação comprobatória correspondente.

8.5 A revisão do valor do benefício ocorrerá em observância ao que disciplina o art. 3º da RESOL-GP-12023, com base na análise dos comprovantes de pagamentos efetuados à IES, referentes ao semestre concluído e/ou em andamento.

8.6 O valor financeiro será creditado, a título de renovação, somente após a apresentação e a análise dos documentos comprobatórios discriminados no item 8.2 deste edital.

8.7 A não apresentação da comprovação de regularidade financeira e acadêmica do curso, na forma e no prazo estabelecidos no art. 14 da RESOL-GP-12023, implicará a suspensão do benefício.

8.8 A revisão do valor e a renovação da concessão do benefício, decorrentes da comprovação extemporânea de regularização financeira e acadêmica do curso, implicará o pagamento de valores a partir da data de comprovação, não cabendo direito a pagamento retroativo.

## **9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 O Processo Seletivo para a Concessão de Auxílio-Bolsa de Estudos a Servidores e Servidoras Efetivos do PJMA, em todas as suas fases, será supervisionado pela Comissão de Seleção do Auxílio-Bolsa de Estudos, de acordo com as atribuições



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

previstas no art. 21 da RESOL-GP-12023.

9.2 A constatação, a qualquer tempo, da existência de declarações inexatas ou de irregularidades na documentação apresentada, de tal forma que altere o resultado final da seleção dos candidatos e das candidatas, acarretará a imediata interrupção do pagamento do auxílio-bolsa ao servidor ou à servidora, o ressarcimento de seu valor total e a apuração de responsabilidade cabível.

9.3 Será de inteira responsabilidade do servidor interessado ou da servidora interessada o acompanhamento da publicação de todos os resultados e/ou comunicados referentes ao presente certame.

9.4 Na hipótese de existência de vagas remanescentes, após a convocação do último candidato ou da última candidata constante das listas classificatórias em cada modalidade de curso, poderá ser publicado novo edital convocatório, observando-se a conveniência da Administração.

9.5 Ocorrendo insuficiência orçamentária, o TJMA poderá reduzir o percentual destinado ao Auxílio-Bolsa de Estudos ou suspender o pagamento do benefício.

9.6 O prazo de validade do processo seletivo de que trata este edital será de 1 (um) ano, contado a partir da data de homologação dos resultados finais.

9.7 O cronograma do Processo Seletivo para a Concessão de Auxílio-Bolsa de Estudos a Servidores e Servidoras Efetivos do PJMA compreenderá as seguintes etapas e datas:

**CRONOGRAMA DO 7º PROCESSO SELETIVO PARA AUXÍLIO-BOLSA NO PJMA**

<b>ETAPA/ EVENTO</b>	<b>DATA / PERÍODO</b>
Inscrições para Auxílio-Bolsa	3 a 14 de novembro de 2025
Resultados preliminares	21 de novembro de 2025
Recursos de resultados preliminares	24 a 26 de novembro de 2025
Apresentação de documentação complementar	24 a 28 de novembro de 2025
Resultados de análise de recursos	9 de dezembro de 2025
Resultados definitivos	15 de dezembro de 2025
Comprovação documental /implantação do Auxílio	7 a 31 de janeiro de 2026

9.8 As datas previstas no cronograma poderão sofrer alterações, caso necessário, com a devida comunicação antecipada aos servidores contemplados e às candidatas contempladas.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**Tribunal de Justiça**  
**Gabinete do Diretor Geral**

9.9 Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Presidência do TJMA.

9.10 Este edital entrará em vigor na data da sua publicação.

São Luís, 29 de outubro de 2025.

**TICIANY GEDEON MACIEL PALACIO**  
Diretora Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça  
Gabinete do Diretor Geral  
Matrícula 114934

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 30/10/2025 11:04 (TICIANY GEDEON MACIEL PALACIO)

